

MARY LUCY MURRAY
DEL PRIORE



O

Portugal

e Sião na

rota das

especiarias

IMPÉRIO

DOS

SONHOS





“Porque as cousas dignas de
memória nom devem ficar em
esquecimento sem muita cul-
pa dos escriptores por quanto
que façamos lembrança...”

*(III Livro do Esmeraldo de Situ
Orbis, Duarte Pacheco Pereira).*



MARY LUCY
MURRAY DEL

PRIORE é professora
de História do Brasil
Colonial do
Departamento
de História da
FFLCH-USP.

Agradeço à Fapesp, cujo apoio me permitiu várias pesquisas nas bibliotecas francesas entre janeiro e fevereiro de 1995. Sou grata aos bibliotecários do Musée Gulmet, de Paris, França cujos préstimos foram de fundamental importância para a redação deste artigo. Charles M. Lisbona me fez descobrir Ayutthaya e suas ligações com Portugal; devo-lhe mais esta descoberta.

OS ANTECEDENTES

No século XVI, a parte central da península indo-chinesa era ocupada por um reino independente, conhecido sob o nome de Sião, cujos chefes pertenciam à raça tai, vizinhos dos shans da Birmânia e dos laocianos da bacia do Mékong ao norte do Cambodja. A leste, estendiam-se os reinos de Anam e Cambodja, este último protegido pelo Sião. A oeste, principados laocianos de origem tai, relativamente independentes, espalhavam-se na direção da Birmânia (1). O sul da península, por sua vez, era ocupado por pequenos principados malaio de religião islâmica, dos quais alguns tinham relações comerciais com o Sião, de quem eram também vassallos (2).

A mais impressionante instituição siamesa era a sua monarquia absoluta. Tido por um *Bodhisattva*, o rei era considerado uma figura sagrada a ponto de não poder ser visto por seus súditos. Um século mais tarde, o diário do inglês Samuel Pepys registrava, a 17 de agosto de 1666, a seguinte passagem sobre o reino de Sião, anotada depois de uma conversa com um certo capitão Erwin, recém-chegado de uma viagem ao Oriente: "O rei do Sião sai raramente sem estar cercado de trinta ou quarenta mil homens e, em meio a toda essa multidão, não se ouve proferir uma só palavra, nem um único murmúrio, nem mesmo tossir" (3).

É ao encontro deste rei todo-poderoso, adepto de expedições de caça a elefantes, que punia os contraventores cortando-lhes a capa craniana e deixando-lhes o cérebro a descoberto, que o vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque, envia, em 1511, seu embaixador, Antonio de Miranda de Azevedo.

Mas voltemos um pouco no tempo para entender o início das relações luso-siamesas. Como bem diz Rui Loureiro, ao chegarem ao Oriente os portugueses encontraram um "mundo novo", em muitos aspectos totalmente alheio à sua vivência tradicional. Os homens eram diferentes, e sua organização política e social não seguia os padrões europeus, as práticas sociais eram manifestamente *Outras* (4). A primeira visão que os portugueses tiveram da Ásia foi registrada quando da viagem de volta de Vasco da Gama depois

da descoberta do caminho marítimo para as Índias. Ela nos foi transmitida graças ao diário de viagem de Álvaro Velho, que incluía uma sucinta relação "de certos reinos situados ao sul de Calicute, das coisas que aí se encontram e dos preços delas". Estas informações, por sua vez, lhe foram passadas por um aventureiro judeu, Gaspar da Índia, recolhido pela frota nas ilhas Anjedivas, ao largo de Goa, depois da malograda tentativa de Vasco da Gama em assinar com o *samorin* de Calicute um tratado para comercializar especiarias, metais preciosos, coral e anil.

No início do século XVI chegavam a Lisboa vários relatórios e mapas informando sobre as novas terras descobertas (5). Duas descrições das regiões asiáticas, todavia, além de circularem no mesmo ano, 1516, chamam a atenção por sua precisão e fidelidade. Trata-se da *Suma Oriental* do apotecário Tomé Pires e do *Livro do que Foi Visto e Ouvido no Oriente*, de Duarte Barbosa. Ambas são aproveitadas por Giovanni Battista Ramusio, que as publica em Veneza, traduzidas para o italiano, na sua coleção *Delle Navigazioni et Viaggi*. Na segunda edição, publicada em 1543, o autor incluiu a tradução de vários capítulos da primeira década da *Ásia* de João de Barros. Dentre esta formidável produção de imagens e representações sobre o misterioso e fascinante Oriente, destaca-se, contudo, um autor. Trata-se de Fernão Mendes Pinto, aventureiro e viajante nas terras da Ásia que, depois de ter acumulado razoável fortuna, fora tocado, em seu caminho de volta para Portugal, pela graça divina. Abandonando seus bens, Mendes Pinto, como outros pequenos nobres ibéricos, ingressa, nesses tempos de santos, na Companhia de Jesus (6). A fase pietista durou pouco, apenas dois anos, mas resulta numa carta escrita em Málaca, na qual ele faz um breve retrospecto de sua vida, estendendo-se mais longamente e a pedido de seu superior na descrição dos vários povos que visitara desde a sua chegada na Ásia em 1537.

Em Pegu, por exemplo, vira templos sumptuosos ornados com gigantescos ídolos cobertos de ouro que recebiam milhares de peregrinos atentos à pregação de sacerdotes que lhes falavam, não de púlpitos, mas de tronos

1 Sobre a história da Tailândia ver: Etienne Aymonier, *Le Siam Ancien*, Paris, Imprimerie Nationale, 1903; Pierre Fistié, *L'Evolution de la Thaïlande*, Paris, Armand Collin, 1967; Phya Anuman Rajadhon, *The Cultures of Thailand*, Bangkok, National Culture Institute, 1953; John F. Cady, *Southeast Asia, its Historical Development*, New York, McGraw-Hill, 1964.

2 Cf. G. Coedès, "Documents sur l'Histoire... du Laos Occidental", pp. 25-33 e 96-108; ex. B. E. F. E. O., vol. XXV, 1925.

3 Samuel Pepys, *Diary*, London, 1825.

4 Ver "O Encontro de Portugal com a Ásia", in Luis de Albuquerque et alii (org.), *O Confronto do Olhar*, Lisboa, Editorial Caminho, 1991, p. 167.

5 Pode-se admirar uma primeira imagem da Ásia registrada pela cartografia portuguesa no planisfério célebre que Alberto Cantino enviou a Hercules D'Este, Duque de Ferrara, em 1502.

6 É o caso de Inigo de Loyola, Pedro de Alcântara e outros. Ver, de Bartolomé Benassar, *Un Siècle d'Or Espagnol*, especialmente o VII capítulo, "Rencontres avec Dieu" (Paris, Robert Laffont, 1982, pp. 133 e passim).

também em ouro. No reino de Martaban, impressionara-se com o hábito dos homens depilarem suas barbas com pinças, trazerem o corpo envolto num tecido leve, os dentes negros, e os cabelos cortados em coroa como os dos monges ocidentais. Aí executavam-se danças rituais para curar doenças que muitas vezes duravam até três dias, ao cabo dos quais o doente podia estar melhor e o executor da extenuante coreografia, morto de cansaço.

No Sião, estivera por duas vezes. Impressionado pela importância da capital, Ayutthaya, cortada por canais fluviais, compara-a com Veneza: neles circulavam mais de duzentos mil barcos pequenos e grandes. Seu rei chamava-se Prechau Saleu, o que queria dizer “membro santo de Deus”. Viviam num belíssimo palácio revestido de estanho por fora e de ouro por dentro. Suas saídas para avistar-se com os súditos limitavam-se a duas vezes por ano; seu cortejo era então formado por duzentos elefantes que transportavam os dignitários da corte e de uma guarda de cinco a seis mil soldados. O rei era também designado como “o mestre do elefante branco” por possuir um exemplar deste raríssimo animal. Pinto descreve a complicada cerimônia do banho do mesmo, sublinhando que, ao deslocar-se, o paquiderme se fazia acompanhar de um grande cortejo e carregava na tromba uma esfera de ouro grande como duas cabeças de homem, “cuja esfera era de cosmografia”. O animal morrera em 1551 e foi imediatamente substituído por outro que fizeram vir de Tenasserim.

Fernão Mendes Pinto alerta ainda os jesuítas para o crescimento do islamismo (já existiam sete mesquitas em Ayutthaya) e demonstra grande tolerância para com os *mores* e formas de religiosidade orientais.

Passa rapidamente pelo Cambodja, escreve com brevidade sobre o reino de Champa, a Conchinchina, a ilha de Hai-Nan, dá ainda alguns detalhes sobre o Japão, nesse período praticamente desconhecido. Em 1558 volta a Portugal onde, dez anos mais tarde, escreverá a sua *Peregrinação*. Ele morre em 1583, deixando um grosso manuscrito que só será publicado trinta anos mais tarde. Como bem lembra José Manuel Garcia (7), antes de desaparecer ele deve ter visto aparelhar uma

frota, que, como tantas outras, tinha como destino a Ásia. Ele não sabia que a bordo de um desses navios ia Jan Huygen Van Linschoten, que escreveria, por sua vez, sobre a sua experiência asiática, depois de beber informações nos portulanos dos marinheiros portugueses. Como era de se esperar, os textos do viajante holandês não ajudaram a diminuir os problemas e as dificuldades que os lusos passaram a ter no século seguinte.

PORTUGAL NA ROTA DE MIRAGENS E DE RIQUEZAS: O SIÃO

Depois de ter conquistado Goa, na costa ocidental da Índia, e Gale, no Ceilão, os portugueses chegaram a Málaca. Seu sultão era vassalo do rei de Sião desde a separação deste último do império kmer, que, até os séculos XI e XII, estendia-se até a Malásia. Em 1509, Albuquerque adentrou o estreito de Málaca com uma frota vinda de Goa. A cidade foi cercada e ocupada pelos portugueses, que aí utilizaram menor violência do que no dito porto do Industão, no qual, segundo seu filho, Brás de Albuquerque, “por quatro dias contínuos fizeram sangue em todos os Mouros que nela acharam; e soube-se, por certeza, que entre homens, mulheres e meninos, morreram passante de seis mil” (8). Depois da queda de Málaca, e dando prosseguimento à política imperial destinada a controlar as mais importantes redes comerciais marítimas através do patrulhamento do Índico, Afonso de Albuquerque decide estabelecer relações com o Sião; em 1511 envia Antonio de Miranda de Azevedo a Ayutthaya para presentear o rei com um valioso anel de ouro e rubi, uma baixela e um vaso em ouro (9), dando-lhe a conhecer as razões que teriam levado os portugueses a tomar a cidade de assalto: “Tendo em vista a falsidade do rei de Málaca eu ataquei a cidade e aí entrei pela força... Diga-lhe que o Rei de Portugal ficará agradado de que barcos siameses e seu povo comerciem com Málaca e esta é a razão pela qual tomei esta cidade”, escrevia Albuquerque (10). De volta a Málaca, Antonio Miranda faz-se acompanhar por um diplomata siamês cuja missão consistia em avaliar o potencial e a natureza

7 Verseu curto, mas excelente artigo: “Les Indes Orientales”, in *Indes Merveilleuses – L’Ouverture du Monde au XVI^e Siècle*, Paris, Bibliothèque Nationale/Chancellerie des Universités de Paris, 1993, pp. 46-51.

8 Afonso Brás de Albuquerque, *Comentários de Afonso de Albuquerque*, ed. de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, 1973, Tomo II, Parte III, pp. 19-21.

9 *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, composta por Damião de Góis, nova edição conforme a primeira de 1566, Parte III, Coimbra, 1954, pp. 86-7.

10 Afonso Brás de Albuquerque, *Comentários de Afonso de Albuquerque*, op. cit., Parte III, cap. XXXVI.

da presença portuguesa. No ano seguinte, outro agente português volta a Ayutthaya; é seguido, em 1516, por Duarte Coelho, que conclui o primeiro tratado feito com o Sião. Portugal tinha permissão para comerciar com Ayutthaya e outros portos produtos como arroz, benjoim, pau-brasil, ouro, prata, marfim e diamantes; seu direito sobre Málaca não fora tampouco contestado. A razão dessa política residia no fato do Sião ser um país agrícola, necessitado de trocas comerciais. Entre 1516 e 1538, vários portugueses se estabeleceram no país. Ao final desse período, 120 deles foram contratados pelo rei Chai e incorporados como mercenários ao exército, com a finalidade de ensinar aos siameses o manuseio das armas de fogo européias. Bem ilustra esta relação o caso narrado por João de Barros sobre um certo Domingos de Seixas, prisioneiro durante 25 anos e feito capitão para lutar contra o Laos (11). Também em 1516, Manoel Falcão funda um estabelecimento comercial em Patani, onde, vinte anos mais tarde, Fernão Mendes Pinto diz ter encontrado um grupo de trezentos compatriotas. Manuel Faria e Souza (12) menciona ainda que um certo Antonio de Paiva, assíduo freqüentador da corte siamesa, ousara falar ao rei sobre religião, conseguindo batizá-lo em 1544, sob o nome de Dom João.

Graças à carta escrita por Martim Afonso de Melo e Castro ao rei D. Manuel de Portugal, ficamos sabendo que em 1565 havia cerca de 2.000 portugueses vivendo na Ásia, entre a China, Pegu, Bengal, Orissa e Sião. Não tendo achado como sobreviver na Índia, viajaram para outras terras servindo aos senhores muçulmanos, muitos deles tendo mesmo se convertido (13).

Foi durante esse período, em 1566, que os dominicanos se instalaram no Sião, aí estabelecendo uma missão, tendo à frente os padres Jerônimo da Cruz e Sebastião do Canto, vindos então de Málaca. Os sacerdotes foram muito bem recebidos, não apenas pelos comerciantes portugueses, mas também pelas autoridades que auxiliaram seu estabelecimento. Encontraram, todavia, a resistência dos muçulmanos que os atacaram, matando o primeiro e ferindo gravemente o segundo. Condoído, o rei ordenou a condenação dos

criminosos que foram publicamente perdoados pelo sobrevivente, padre Sebastião. A atitude do dominicano impressionara fortemente a corte e o rei, que o toma sob suas graças.

A partir de 1581, a união das coroas ibéricas determinou o declínio da influência portuguesa no Oriente. No início do século XVII diminuía a afluência de mercadores lusos à medida que outros europeus tinham cada vez maior sucesso nos negócios, arrancando-lhes seus monopólios. A pá de cal foi posta em 1641 pela Companhia Holandesa das Índias Orientais ao ocupar Málaca, que estivera desde 1511 sob domínio luso. Isso trouxe sérios problemas para as comunicações entre Macau e Goa, repercutindo no Sião e pondo definitivamente a perder a infiltração lusa nos lucrativos tráficos comerciais asiáticos.

OS PORTUGUESES E A CAPITAL: VIDA COTIDIANA

Sabe-se, hoje, que Ayutthaya sucedeu a Sukhotai e precedeu Bangkok como capital do povo tailandês. Fundada em 1351, foi capital durante 417 anos até ser definitivamente arrasada numa invasão das tropas birmanesas. As evidências de sua importância estão presentes nas numerosas ruínas de estradas, fontes, canais, templos e palácios reais que pontilham o seu perímetro. Dividida em partes que refletiam as estruturas sociais, econômicas e políticas do país, a capital possuía quarteirões agrícolas, comerciais, residenciais, artesanais, religiosos nos quais se misturavam templos reais e populares e um enorme quarteirão onde se concentravam os armazéns de mercadores estrangeiros que mantinham comércio com Ayutthaya. A população espalhava-se quatro ou cinco quilômetros além da área fortificada em torno da ilha que ocupa no rio Chao Phraya. Banhada por outros afluentes, o Pa Sak e o Lopburi, a capital vivia no incessante rumor das águas, dos barcos e juncos que iam de um quarteirão para o outro, mercadejando toda a sorte de produtos.

Centro da administração, ela era também a residência oficial dos reis siameses, que

11 *Da Ásia de João de Barros*, Década Terceira, Parte Primeira, Lisboa, 1777, p. 160.

12 *Ver Ásia Portuguesa*, III, Porto, 1945, pp. 126-7.

13 A. da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente*, vol. IX, Lisboa, 1952, p. 539.

viviam num palácio cujos edifícios foram construídos para servir a determinadas funções: um santuário interno era reservado para o rei e suas consortes que somavam, segundo Tomé Pires, mais de quinhentas (14). Muros e portões separavam o lugar de um pátio a partir do qual ele administrava o país, recebia convidados em audiência e presidia os rituais mais importantes.

A área externa, bordejada por muros, consistia em escritórios governamentais, moradia de altos oficiais, casernas e um grande campo aberto onde as cerimônias oficiais tinham lugar; estas, geralmente, abriam-se com desfiles de elefantes, cavalaria e soldados. O luxo das construções com telhados pontiagudos revestidos de cobre e ouro, as torres ou *stupas* dos templos delicadamente douradas e pintadas, mosteiros cravejados de jóias semipreciosas erguidos como sinal do *status* e da generosidade dos devotos, os cuidados com o paisagismo não deixavam dúvidas quanto à riqueza da corte e da capital (15).

Segundo o tratado assinado em 1516 entre Duarte Barbosa e o rei Ramathibodi II, os portugueses concordavam em suprir a capital com armas e munição, tendo, como contrapartida, permissão para fundar estabelecimentos de comércio na capital mas também em Ligor, Patani, Tenasserim e Mergui. Essas cidades foram visitadas e descritas pelo embaixador Duarte Barbosa, que delas guardou a imagem de vivo comércio e intensa presença muçulmana (16). Os lusos possuíam igualmente liberdade para exercer sua religião, construir igrejas e trazer padres e missionários. Aos dominicanos já citados, seguiram-se os franciscanos e os jesuítas, estes liderados, em 1607, pelo padre Baltazar Siqueira. O primeiro agostiniano, frei Estevão de Souza, chegou ao Sião, por sua vez, em 1677. Além de ocupar-se dos serviços espirituais da comunidade lusa, os padres católicos tentaram converter os siameses, devotos da fé budista.

As relações entre os portugueses e as autoridades siamesas em Ayutthaya não eram uniformemente harmoniosas, e muitas quebras, sobretudo em torno de assuntos comerciais, levaram a conflitos abertos. Uma destas disputas envolveu, por exemplo, o seqües-

tro de um barco holandês pelos lusos em águas siamesas, ignorando deliberadamente o tratado que o rei Songtham (1610-28) acabara de assinar com os Países Baixos.

Ao final do século XVI, os portugueses haviam se instalado ao sul da capital, na margem do rio imediatamente oposta aos quarteirões – conhecidos por *Mu Ban* – japoneses e holandeses, na confluência do Chao Phraya e seu afluente, Pa Sak. Seu bairro era chamado *Ban São Pedro* por causa da igreja dominicana que aí fora construída. Esta possuía três naves correspondentes a três diferentes altares: um principal e dois secundários. Duas entradas laterais e uma, saindo da pequena praça em frente à igreja, davam acesso aos moradores. A igreja tinha sua fachada principal voltada para o rio Chao Phraya, elemento vital para a comunidade e rota de passagem dos estrangeiros. Uma residência para os dominicanos fora construída nos fundos, dando para campos de arroz. Escavações recentes revelaram que esta residência era um convento cujo pátio interno, pavimentado com lajotas, ligava-se por corredores abertos com o dormitório dos frades, cujas celas foram construídas com diferentes alturas. No centro do pátio retangular do claustro, uma fonte cobria as necessidades diárias dos missionários. Uma grande cozinha, um refeitório e uma lareira alocavam-se ao norte da construção. Ao cabo da fachada sul, uma piscina-reservatório recolhia as águas da chuva. O conjunto arquitetônico, aparentemente magnífico, era de estilo maneirista com pilastras, capitéis e escadarias recobertos por forte influência local (17). Seguindo a tradição católica, vários missionários foram enterrados, lado a lado, diante ou próximo ao altar principal dedicado a São Pedro. Na frente da igreja, estendia-se o cemitério de São Domingos, cujos limites aumentaram, ao longo do século XVII, de acordo com o crescimento da comunidade.

Artefatos descobertos durante as escavações arqueológicas permitem visualizar alguns aspectos da vida material desse período na comunidade de *Ban São Pedro*. Vários medalhões em bronze, com a imagem de Nossa Senhora, do Santo Cálice ou de santos variados, atestam o pietismo religioso e o apego aos signos católicos em terras onde

14 A *Suma Oriental*, editada por Armando Cortesão, Londres, 1944, pp. 103-10.

15 Ver Chatthip Nartsupa e Srisakara Vallibhotama, "The Significance of Ayutthaya and the History of the Ayutthaya Historical Study Centre", in *Ayutthaya Historical Study Center*, Bangkok, Allied Printers, 1990, pp. 6-17.

16 Os comentários de Duarte Barbosa foram transcritos e traduzidos para o inglês pela Hakluyt Society e estão publicados por M. L. Dames nos volumes de 1918 e 1921.

17 Ver Plubplung Kongchana, "Ayutthaya as a Port City", in *Ayutthaya Historical Study Center*, Bangkok, Allied Printers, 1990, pp. 33-55.

proliferavam diferentes formas de religiosidade. Cruzes em ouro, bronze e mesmo vidro ou objetos cruciformes tinham a mesma função. Moedas em prata com as armas reais da Espanha e com as palavras *FERDND VI D. G. HISPAN ET IND. REX.* no valor de oito reais ou em cobre com as iniciais da *Vereenigde Oost-Indische Compagnie, VOC*, misturadas a moedas locais, como os *Pod Duang* ou as conchas que substituíam os chamados *fuong*, comprovam a vitalidade do comércio entre nativos e estrangeiros. Rosários em marfim ou coral, retirados do pescoço de esqueletos encontrados em São Domingos, revelam hábitos devocionais no momento do enterro. Colares e pulseiras de contas coloridas, chaves, cachimbos em pedra-sabão e barro, botões em bronze, jóias, fivelas e lentes óticas demonstram que os portugueses conservaram sua maneira ocidental de vestir-se. Garrafas de vidro e cerâmica, com variações na base (retangulares, côncavas, ovais) e no gargalo, nos contam sobre o consumo de bebidas ou da utilização de óleos na cozinha. Pratos, bem como copos, jarras e vasos com desenhos florais ou em *celadon*, expressam o intercâmbio com as manufaturas de louça chinesas. Brinquedos como bonecas e cavalinhos de pau encontrados em túmulos infantis permitem supor que, numa forma de sincretismo religioso, enterravam-se as crianças com seus pertences favoritos. Telhas de porcelana pintada apontam para o cuidado com a decoração externa dos edifícios (18).

Essas informações são poucas, mas importantes, pois, cotejadas com o que sabemos sobre a cultura material do sudeste asiático, iluminam o esforço de adaptação que deve ter sido feito pela comunidade lusa em ambiente estrangeiro. Tomemos o exemplo das moradias. Os povos da Ásia monçônica devotavam muito pouco interesse, tempo e recursos às suas casas. O clima úmido e a rapidez com que crescia o material de construção – bambus, palmeiras, etc. – explicam a aparente negligência. Esse material era tão fácil quanto precíval. Tetos em sapê e pisos de bambu tinham de ser refeitos a cada dez anos, caso a moradia não tivesse sido abandonada antes por causa de incêndios, guerras, doenças ou

mortes (19). Sua estrutura não mergulhava na terra mas mantinha-se apenas apoiada, para o caso da construção, se necessário, ter de ser removida. O enviado do rei Luis XIV ao Sião, Monsenhor de La Loubère, viu em 1687 três casas serem transladadas “em menos de uma hora” para limpar a vista do palácio real e outras trezentas serem construídas em dois dias em Ayutthaya (20). Numa forma de sociabilidade tradicional, vizinhos e parentela eram convocados para a ereção da casa, malgrado a existência de hábeis carpinteiros. Apesar da grande variedade de estilos de construção, as casas mantinham algumas características básicas: um telhado sobressalente para suportar as fortes chuvas das monções, o piso sempre elevado a cerca de um ou três metros do chão e não mais; La Loubère colheu a explicação de que “ao passar em seu elefante, o rei tinha que estar mais alto do que as casas” (21). Governantes e nobres costumavam morar acima dos seus súditos e homens dormiam acima de suas mulheres. Grandes aberturas nas paredes garantiam luz e ventilação. Na fachada, uma varanda recebia os visitantes enquanto, nos fundos, ficava a cozinha, as extremidades da casa associavam-se, respectivamente, às atividades masculinas e femininas. Estas ordens de altura faziam da casa um cosmos em miniatura no qual o nível mais baixo pertencia aos animais domésticos, o do meio, às atividades humanas, divididas entre o público e o privado, e a mais alta servia para dormir e celebrar cultos religiosos aos ancestrais.

As telhas pintadas encontradas nas escavações do *Ban São Pedro* não se adaptam às descrições sobre a moradia corriqueira, mas explicam, por outro lado, a adoção pelos dominicanos de uma forma de decoração oriental: telhas decoradas costumavam enfeitar os templos budistas. Tal como a magnífica igreja de São Pedro, os templos eram construídos – ao contrário das casas – com pedras e tijolos e arrematados por enormes telhados coloridos sucedendo-se uns aos outros. Tais monumentos deviam desafiar o tempo e simbolizar a grandeza de um rei e de seu deus. Muitas vezes, operários chineses foram empregados nessas construções como no caso da mesquita erguida em Patani à mesma épo-

18 Padiphat Phumpongphaet, “Religion, Life and Death of the Portuguese”, in *Art and Culture Journal*, vol. 6, nº 1, November 2527 B. E. (1984), pp. 16-7.

19 Ver Nguyen Van Huyen, *Introduction a l'Etude de l'Habitation sur Pilotis dans l'Asie du Sud-Est*, Paris, Paul Gruthner, 1934, p. 188.

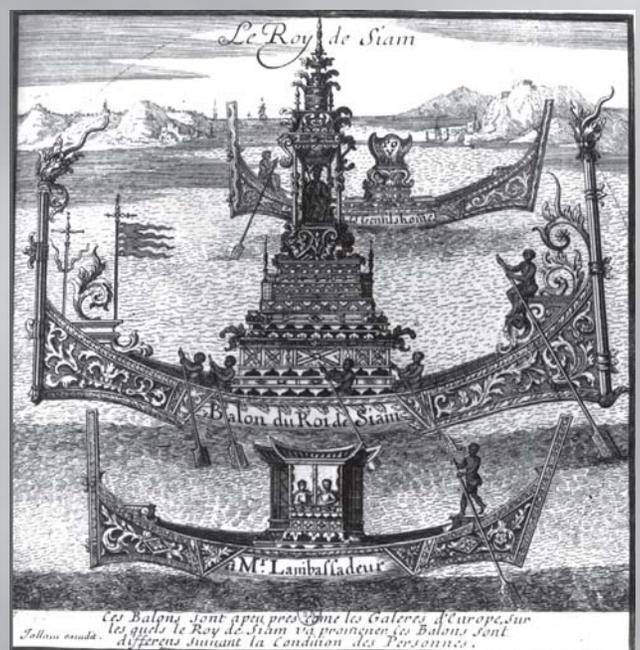
20 Consulte a edição inglesa de Simon de La Loubère, *A New Historical Relation of the Kingdom of Siam* (Tho. Horne, 1693, reeditado em Kuala Lumpur, 1969, p. 29).

21 Op. cit., p. 30.

“O Magnífico e Soberbo Rei do Sião com a Augusta Princesa Rainha do Sião”, gravura do século XVII. Clichê da Bibliothèque Nationale de Paris



Barcos utilizados pelo rei do Sião, seus cortesãos e embaixadores estrangeiros. O luxo da embarcação variava com a condição de seus ocupantes. Clichê da Bibliothèque Nationale de Paris



ca da ereção do convento dominicano. Johan Nieuhoff, depois de ter visitado o Brasil, segue para as Índias Orientais onde, em 1662, deslumbra-se com a mesma, anotando que se tratava de um “*stately edifice of brickwork, gilt very richly within, and adorned with pillars, curiously wrought with figures*” (22). Telhas coloridas aí foram utilizadas e substituíam, em palácios e templos, aquelas mais simples em barro.

As jóias, adereços, cruzeiros e medalhas votivas encontradas nas escavações remetem a uma comparação entre os adornos e a indumentária local e aquela ocidental, usada pelos portugueses.

Todos os visitantes que passaram pelo sudeste asiático, vindos da Europa, da China ou da Ásia Menor, chocavam-se com a nudez dos habitantes. No Sião, por exemplo, homens e mulheres andavam com a cabeça descoberta (exceto muçulmanos e nobres), pés descalços e um pano comprido amarrado aos quadris. Em 1576, o espanhol Francisco de Sande chega a comentar entre irônico e impressionado que parecia incrível que “um mouro pequeno, nu e descalço”, o sultão de Aceh, estivesse dando tanto trabalho aos portugueses no campo de batalha (23). No Sião, segundo La Loubère, a adição especial para as mulheres ao clássico *sarung* era um lenço, ou pano, amarrado aos seios (24). A emergência de novas religiões como o islamismo ou o catolicismo implicou em mudanças vestimentares. Vale lembrar também que as elites e a nobreza abasteciam-se de panos de origem chinesa e indiana por causa de suas cores brilhantes, dos seus finos estampados e de seu *status* de raridade. O resto da população cobria-se com roupas regionais. Contudo, o quanto, para essa camada da sociedade, faltava em panos sobrava em ornamentos, que superavam de longe as modestas medalhas piedosas e os colares de contas coloridas usadas pelos lusos. Adornos pessoais eram o principal item de luxo depois das roupas. Jóias de ouro tinham constante demanda, servindo, simultaneamente, como garantia de poupança, símbolo de riqueza, de *status* e de beleza. Por isso, usava-se um ouro muito leve e puro, fácil de ser recortado ou derretido em caso de necessidade comercial. Embora dis-

seminado como hábito entre a população, o uso de jóias atingia entre as elites as raízes da extravagância; havia aqueles que vestiam crianças nuas com colares, brincos e pulseiras de ouro e prata e nada mais (25).

Quanto às moedas sabe-se que o sudeste asiático era rico em ouro mas pobre em prata, e que a Espanha, com as abundantes minas da América, vai usar o metal cinzento para abrir as portas de mercados como o siamês. Daí a presença das moedas com as armas reais de Espanha e mesmo daquelas holandesas, também em prata.

As garrafas de cerâmica, achadas no sítio arqueológico correspondente ao *Ban* São Pedro, referem-se a uma prática artesanal de centenas de anos, desenvolvida com maior afinco, a partir dessa época de incremento comercial, para justamente atender ao aumento da população estrangeira. A grande maioria dos artefatos domésticos era feita de barro: potes para armazenagem de água, garrafas e vasos dos quais se bebia, lâmpadas e queimadores de incenso, vasilhames para acondicionar óleos comestíveis, panelas para cozinhar arroz, pratos fundos para misturar alimentos. Cozidos em baixas temperaturas, os utensílios eram, depois de queimados, revestidos com uma cobertura impermeabilizante de *damar*, uma resina encontrada em espécies vegetais como a dos dipterocarpos. O trabalho de coleta do barro era essencialmente feminino, sendo mesmo proibido aos homens visitar o lugar onde esse era recolhido (26). A chegada de especialistas chineses durante o reinado do grande Ram Kamheng (1292-99) vai incentivar artesãos locais a produzir louça mais fina para exportação (27). Já nos séculos XIV e XV, *celadons* finíssimos eram exportados da cidade de Sukhotai e os monocromáticos *bowls* cobertos, chamados *kendis*, distinguiam-se nos mercados asiáticos por seu desenho e cores singulares. Entre os séculos XV e XVII, as cerâmicas tai e vietnamita ocuparam a maior parcela do tráfico comercial no sudeste asiático, suprimindo uma substancial proporção do mercado de louças finas. William Dampier, viajante inglês, observara ao final do século XVII as grandes compras que faziam os seus conterrâneos desses *bowls*, bonitos e baratos

22 Johan Nieuhoff, “Voyages and Travels into Brazil and the East-Indies”, in *A Collection of Voyages and Travels*, 4 vols., London, Awnshawn & John Churchill, 1704, vol. II, p. I-369.

23 Vi a tradução para o inglês de Francisco de Sande: *Relations of the Filipinas Islands*, Manila, 7 de junho de 1576, in Blair & Robertson, 1903-9, IV, pp. 98-118.

24 Op. cit., p. 126.

25 Idem, *ibidem*, p. 27.

26 Ver Anthony Reid, *Southeast Asia in the Age of Commerce 1450-1680*, New Haven & London, Yale University Press, 1988, pp. 104 e *passim*.

27 Informações específicas sobre a questão em: Charles N. Spinks, *The Ceramics Wares of Siam*, rev. ed. Bangkok, Siam Society, 1971.

(28); “*the best part of 100.000*”, conta ele.

Sobre a vida material vale ainda dizer que, quanto aos móveis, estes eram tão simples quanto as construções domésticas. Comia-se no chão até que cadeiras e mesas fossem introduzidas pela elite chinesa e pelos europeus. As palavras para designar tais objetos são de origem portuguesa ou holandesa. Plataformas eram utilizadas como camas nas casas abastadas e, nas outras, uma simples esteira ou colchão fino servia para dormir. Talheres eram igualmente desnecessários e, no mais das vezes, uma folha de bananeira fazia as vezes de prato. Os principais utensílios, além dos já mencionados em barro, eram recipientes feitos em bambu e bandejas de cobre usadas para a apresentação dos alimentos.

Distinções de riqueza e *status* mostravam-se na exibição de tecidos finos e pratos de ouro. O vice-rei Afonso de Albuquerque já o comprovava em várias recepções e LaLoubère afirma que os enviados do rei Luis XIV tinham sido recebidos, em Ayutthaya, em aposentos forrados com seda e outros tecidos finos pintados ou bordados em ouro e prata.

Lâmpadas a óleo eram o meio mais eficiente de iluminação. Normalmente usavam-se as lamparinas em barro já mencionadas, cheias de óleos ou resinas inflamáveis obtidas nas florestas adjacentes graças à noz do *Kemiri* ou mesmo o óleo de *damar*. Em datas festivas, os mesmos óleos abasteciam cascas de coco, postas a flutuar nas águas dos rios (29).

VIVER E MORRER NO SIÃO

O cemitério de São Domingos, no *Mu Ban* português, reporta mais informações sobre a vida da comunidade portuguesa aí instalada. Esqueletos cobertos por cal acusam os cuidados higiênicos com as doenças infecciosas. Os arquivos reais confirmam, por sua vez, duas grandes epidemias de varíola durante o reinado de Petchraja (1688-1703) e próximo do fim do reinado de Boromakot (1733-58). Viajantes europeus já haviam anotado que o sudeste asiático estava longe dos surtos epidêmicos que assolavam periodicamente o continente europeu. Certamente, a abertura

comercial destas regiões tinha criado defesas contra doenças mortais mais frequentes. O hábito do banho constante de rio bem como a dispersão das moradias, mesmo em grandes cidades como Ayutthaya, devem ter limitado a difusão de infecções típicas da Europa e da Índia como a febre tifóide ou a peste bubônica. No Sião, e países limítrofes, as doenças mais temidas eram aquelas capazes de desfigurar – lepra, sífilis, bexigas –, uma vez que se dava ao corpo grande importância estética. Narrativas datadas do século XVII sobre a fundação da capital do Sião mencionam uma maldição sobre a cidade, votada a ter seus habitantes contaminados pela temida varíola, ou contam sobre mortes em massa até serem drenados os pântanos à sua volta, numa alusão à malária. LaLoubère acusa a varíola de “verdadeira praga deste país”, capaz de alterar mesmo os hábitos religiosos de cremação. Ao invés de obedecer à tradição, os corpos eram simplesmente enterrados cobertos de cal, e os familiares do morto ficavam até três dias sem comer, “para evitar contágio” (30). O espanhol Pedro Chirino, escrevendo em 1604, confirma os surtos episódicos e o pavor da varíola a ponto de vilarejos inteiros partirem, abandonando seus doentes e indo instalar-se em área diferente (31).

A abundância de água, característica da região, e o hábito de banhar-se três ou quatro vezes ao dia era fonte de ironia para os europeus, que associavam os banhos à volúpia e ao perigo dos pecados da carne. Os siameses, contudo, o associavam à “purificação”, sem a qual não poderiam ser considerados saudáveis. Onde não havia rios, as pessoas se banhavam derramando água da cabeça para os pés, empurrando os germes para baixo do corpo, num hábito mais seguro de limpeza do que os banhos fechados e coletivos que vigoravam entre os europeus. Nos rios, o lugar onde se buscava água para beber ficava sempre acima daqueles onde homens e mulheres se banhavam. Essas atitudes explicam que a mortalidade fosse menor entre os tais do que entre os portugueses, cuja antipatia pela água encheu de corpos e cal o cemitério de São Domingos.

Além das epidemias, doenças comuns ameaçavam a vida dos portugueses no *Mo Bu*

28 William Dampier, *Voyages and Discoveries*, ed. C. Wilkinson, London, Argonaut Press, 1931, p. 48.

29 Anthony Reid, op. cit., pp. 73-4.

30 Op. cit., p. 39.

31 *Rélation de las Islas Filipinas: the Philippines in 1660*, trad. Ramón Echeverría, Manila, Historical Conservation Society, 1969, p. 254.

em que moravam. Não temos, todavia, informações precisas sobre a utilização que esses fizeram das cocções herbárias, e da “abundância de drogas e ervas medicinais” que tanto impressionaram Dampier e que lotavam os navios holandeses (32): “*fifty-five kinds of spices and herbs...with many other wich we have now forgotten*”, escrevia Willem Lodewycksz em 1598. Embora de grande eficiência, a medicina prática que misturava banhos, chás e massagens utilizada pelos tais era malvista pelos europeus. Falando deste assunto, La Loubère condena: “a medicina não merece o nome de ciência entre os siameses... ela não tem nenhum princípio mas apenas um grande número de receitas que herdaram de seus ancestrais e que em nada alteraram. Mesmo não examinando os particulares sinais de uma doença eles chegam a curar algumas delas” (33).

Um dos cuidados tomados pelas comunidades siamesas, sobretudo nas cidades, onde as fontes de água pura eram escassas, era a fervura da água. Entre a aristocracia, como apontara La Loubère, o hábito, já importado da China, era de beber chá; entre outros grupos, aferventava-se a água antes de consumi-la, e não raro, misturava-se a ela cravo, limão ou noz moscada. Todavia, vale lembrar que ferver a água implicava em gasto de tempo e de combustível, o que não tornava – e hoje, ainda não o torna – o hábito comum a vários segmentos sociais (34). Mencionando outras bebidas consumidas regularmente, La Loubère comenta: “os mouros do Sião tomam café, que vem para eles da Arábia e os portugueses tomam chocolate, que chega para eles de Manila” (35). José de Acosta, explicando em 1590 o emprego do chocolate, afirmava ser este “peitoral, é para o estômago e contra o catarro” (36), dando-lhe, portanto, uma utilização medicinal.

A violência, nascida de atritos entre o grupo ou com estrangeiros, também matou muitos: clavículas partidas, crânios afundados, percucientes incisões nos ossos da face, ossos das pernas roídos e vazados por inflamações purulentas, decorrentes de feridas com armas pontiagudas explicam a história dramática de conflitos envolvendo comerciantes e mercenários lusos. O cemitério de São

Domingos é um painel quase fotográfico de muitas dessas lutas.

Contrariamente ao que ocorreu na Europa, o Sião não parece ter tido crises frumentárias como causa de mortalidade. O arroz, abundante nos deltas, garantia a fonte dominante de calorías. O sal era conhecido, segundo relato de Antonio Galvão em 1544 (37), que o vira ser preparado da seguinte forma: jogava-se água do mar em fogueiras na praia, cujas cinzas eram depois fervidas. O peixe era consumido seco ou em conserva, em forma de protéica pasta, de maneira a estar sempre ao alcance das mãos. Em tai, esta conserva denominava-se *kapi* e era, normalmente, adicionada ao arroz. A variedade e a abundância de peixes impressionavam os estrangeiros: Marco Polo, Cristoforo Borri (1633) e Alexandre de Rhodes (1653) foram unânimes em afirmar que “este era o melhor do mundo” (38). Sua pesca era realizada de forma coletiva, com redes sendo puxadas simultaneamente por vários barcos, ou em armadilhas de bambu. Pescava-se individualmente à linha, ou com pequena rede. Outro aditivo à dieta siamesa foram as frutas. Bananas e cocos consistiam em alimentação diária; mangas, *durians*, mangostões, *rambutan* e outras delícias consistiam em pitéus sazonais. A lima e o pomelo gigante garantiam vitaminas, enquanto o mamão, trazido pelos portugueses da América, foi rapidamente incorporado à farmacopéia local. A cana-de-açúcar era planta comum, vendida nos mercados em pedaços a serem mastigados ou chupados. Para doces, era utilizado o açúcar marrom derivado da fervura da seiva da *arenga*, uma palma conhecida como fonte de açúcar líquido.

O cemitério do *Mu Ban* São Pedro permite-nos penetrar a história da vida e da morte dos portugueses no Sião. Em contrapartida, é um português, Fernão Mendes Pinto, quem nos permite visualizar o enterro de um soberano tailandês, no caso, Prajaraija, cujo reinado de doze anos, entre 1534-46, caracterizou-se por sistemática intervenção militar tanto na região de Chiang Mai, quanto em Burma.

Ao voltar vitorioso de sua campanha, Prajaraija é recebido com festividades que

32 Esta e as demais informações sobre métodos de cura e medicina emprestei ao já citado Anthony Reid, op. cit., pp. 12 a 56.

33 Op. cit., p. 328.

34 Apud Anthony Reid, op. cit., pp. 37-9.

35 Op. cit., p. 23.

36 José de Acosta, *Historia Natural y Moral de las Indias em que se Tratan de las Cosas Notables del Cielo, Elementos, Metales, Plantas y Animales dellas y los Ritos y Cerimonias, Leyes y Gobierno de los Indios*, Sevilla, 1590, edição preparada por Edmundo O’Gorman, México, FCE, 1979, p. 180. Ver também, de Henrique Carneiro, *Filtros, Mezinhas e Triacas – as Drogas do Mundo Moderno*, São Paulo, Xamã, 1994.

37 Apud Anthony Reid, op. cit., p. 28.

38 Estas e as demais informações sobre alimentação em: Anthony Reid, op. cit., pp. 28-36.



Audiência solene dada pelo rei do Sião ao Cavaleiro de Chaumont, embaixador extraordinário de Luis XIV à corte; o mesmo fazia-se acompanhar pelo bispo de Metelópolis e pelo abade de Choisy. Clichê da Bibliothèque Nationale de Paris

A princesa do Sião, numa gravura do século XVII, é apresentada ricamente trajada e sendo adorada por suas súditas; aquelas dentre estas que murmuravam das outras, ou que revelavam segredos da corte, tinham as bocas costuradas. Clichê da Bibliothèque Nationale de Paris



Gravura francesa do século XVII representando o eclipse de 1688 observado pelos jesuítas missionários franceses e pelo rei do Sião. Clichê da Bibliothèque Nationale de Paris

duram quatorze dias, mas, também, com os sinais de uma tragédia familiar. Narra Mendes Pinto:

“[...] e porque sua mulher nestes cinco meses que ele esteve ausente lhe tinha cometido adultério [...] a este tempo que el Rei aqui chegou já era prenha de quatro meses, receosa da razão que se arreceasse, determinou por se salvar do perigo em que estava de matar el Rei seu marido com peçonha & sem fazer mais detença lha deu logo em uma porcelana de leite, de que não viveu mais que sós cinco dias” (39).

No capítulo intitulado pelo autor, “Da Triste Morte deste Rei do Sião & de Algumas Coisas Ilustres que Ele Fez em sua Vida”, penetra-se mais ainda nos episódios de época que pautaram as relações entre a comunidade lusa e Prajaraija.

“A primeira foi que no ano de 1540, sendo Pero de Faria capitão de Malaca, lhe escreveu el Rei Dom João Terceiro [...] uma carta, em que lhe mandava & recomendava muito que trabalhasse todo o possível por resgatar um Domingos de Seixas que estava cativo em Sião havia vinte e três anos, por assim muito necessário ao serviço de Deus & ao seu, por ser informado que dele, mais do que de outrem ninguém poderia saber a verdadeira certeza das coisas daquele reino de que tantas grandezas lhe contavam & que efetuando-se o seu resgate o mandasse logo à Índia ao Vice-Rei dom Garcia, a quem já tinha escrito sobre ele, para que nas naus daquele ano lho mandasse a este reino. Pero de Faria vendo a eficácia e o encarecimento com que el Rei lhe encomendava, mandou a Sião por embaixador um Francisco de Castro homem nobre & rico para tratar o resgate deste Domingos de Seixas & de outros dezeseis portugueses que lá estavam cativos. Este Francisco de Castro foi até a cidade de Odiá, no tempo em que estava nela, onde foi muito bem recebido do Rei de Sião & lhe deu a carta que levava para ele, o qual depois de a ler & de lhe perguntar por algumas coisas novas & de curiosidade, lhe deu logo ali a resposta, o que não costumava fazer a outro nenhum embaixador, que

foi esta, quanto ao Domingos de Seixas que o capitão de Malaca me manda pedir, apontando-me o muito gosto que el Rei de Portugal terá se lho mandar, o mesmo me fica a mim de lho conceder & daqui lho ei por dado com todos oito mais que lá onde está tráz consigo, de que o Francisco de Castro lhe deu as graças prosternando-se três vezes com a cabeça no chão, como se lhe costuma fazer por ser Rei mais supremo que todos os outros; & tanto que chegou o tempo de poder partir o Francisco de Castro para Malaca, mandou vir o Domingos de Seixas da cidade de Guntaleu onde estava por fronteiro mór daquela arraia com trinta mil homens de pé & cinco mil de cavalo e dezoito mil cruzados, cada ano, de partido & em sua companhia fez vir os dezeseis portugueses que com ele andavam e os entregou a todos” (40).

No capítulo seguinte, Mendes Pinto descreve como o corpo do rei é queimado, e suas cinzas transportadas a um pagode. Damos-lhe, mais uma vez, a palavra:

“Grandíssima foi a dor & o sentimento que todos os grandes do reino mostraram pelo seu bom Rei que diante de sí viam morto e infinitas as lágrimas que por isto derramaram porém depois que uma coisa & outra fez termo se ajuntaram todos os sacerdotes daquela cidade, que segundo se disse foram vinte mil & tratando com os principais do enterramento daquele corpo & das cerimônias com que se haviam de fazer as suas exéquias, se ordenou que fosse logo queimado antes que a peçonha da qual morrera lhe causasse algum mau cheiro, porque se o visse a ter não podia a sua alma por nenhum modo ser salva, conforme ao que sobre isso era escrito; pelo qual se faz logo ajuntar com muita pressa uma grande fogueira de sandalo, aguila, calamba, & benjoim & se lhe pôs o fogo com outra nova cerimônia, onde o corpo do defunto foi queimado com um lamentável pranto de todo o povo & a cinza dele foi metida em uma caixa de prata e a embarcaram em uma rica laule [sic] que se descia a cabizona, a qual levaram quarenta seroos [sic] equipados de talagrepes, que são as supremas dignidades de seus gentílicos sacerdotes & que a fora isto ia acompanhada

39 Fernão Mendes Pinto, *Pe-regrinção*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1983, Capítulo CLXXXII, p. 559.

40 Idem, *ibidem*, p. 563.

de uma grande multidão de outras embarcações em que ia infinidade de gente & detrás de todas elas iam cem barcas grandes carregadas de diversas figuras de ídolos em vultos de cobras, lagartos, leões, tigres, sapos, serpentes, morcegos, patos, bodes, cães, elefantes, abutres, gatos, minhotos, corvos & outros muitos animais as quais figuras eram feitas tanto ao natural que todas pareciam vivas. E todos os vultos destes ídolos iam por dó cobertos por de peças de seda conforme as cores de cada um, os quais eram tantos em tanta quantidade, que segundo o esmo dos que o virão, se afirmou que se gastaram mais de cinco mil peças de seda no dó com que esta multidão de diabos ia coberta. Noutra embarcação muito grande ía o Rei de todos estes ídolos, a quem eles chamão serpe tragadora da concava funda da casa do fumo, em figura de uma monstruosíssima cobra, da grossura de mais de uma pipa, enroscada em nove voltas, que estendidas parece que virião a ser de comprimento de mais de cem palmos & com o colo levantado em alto. Dos olhos & da boca & dos peitos desta cobra saíam grandes espadanas de fogo artificial, que a faziam tão medonha & tão mal assombrada que as carnes tremiam de olharem para ela. Num teatro de altura de três braças, muito dourado & rico, ía um mínimo muito formoso, de quatro a cinco anos de idade, todo coberto de fios de pérola e de braceletes de rica pedraria, com umas asas e cabeleira de fio d'ouro, assim como cá entre nós se pintam os anjos & com um rico treçado nas mãos, dando a entender com esta invenção que era anjo do céu mandado por Deus a prender toda aquela multidão de diabos por não saltearem a alma del Rei antes que chegasse ao aposento que na glória lhe estava aparelhado por prêmio das boas obras que neste mundo fizera. Com esta ordem chegaram as embarcações a terra a um pagode que se chama Quiay Pontar, onde depois que foi enterrada a arca de prata em que iam as cinzas do corpo del Rey, tirando o mínimo fora, se pôs fogo a toda aquela multidão de ídolos, assim como iam nas barcas, com um tamanho estrondo de gritas, brados, apupos, tiros de artilharia e espingarda, tanger de sinos, bacias, cornos, búzios & com outras muitas diferentes dissonâncias que

faziam tremer as carnes; a qual cerimônia não duraria mais que uma hora somente, porque como todas estas figuras eram feitas de palha & nas embarcações ía muita soma de breu e resina para este efeito, fez isto em muito breve espaço levantar um tamanho & tão espantoso fogo que parecia um retrato do inferno & as embarcações com tudo que estava nelas ficou de tudo consumido. Acabado isto com muitas invenções de coisas muito naturais & custosas que não escrevo por me parecerem supérfluas, toda esta multidão de gente se veio para a cidade, onde todos estiveram com todas as portas & janelas fechadas & com que as praças & ruas ficaram todas desertas por tempo de dez dias, sem em todos eles aparecer coisa viva” (41).

AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E OS OUTROS ESTADOS EUROPEUS: O FIM DOS SONHOS

Em fins do século XVII, quando a China abria-se lentamente aos europeus, o reino do Sião ganhava importância por encontrar-se às portas da sonhada Cathay. Nele, vários viajantes descobriram, não os *selvagens* como na América, mas florescentes civilizações, dotadas de imensas populações, ricos Estados organizados e policiados sob o comando de poderosos monarcas.

Os portugueses, primeiros a aí se estabelecerem-se, optaram por uma política de miscigenação com as mulheres nativas, o que lhes valeu uma forte posição comercial e a ocupação do *Mu Ban* em Ayutthaya, antes de qualquer outro europeu. Após sua união com a Espanha em 1581, Portugal viu sua posição declinar no Extremo Oriente. No início do século XVII já não mais chegavam colonos ao reino do Sião. Os descendentes dos primeiros pioneiros carregavam o nome de seus pais aos quais se misturava, cada vez mais, o sangue asiático. Poder-se-ia mesmo dizer que, por volta de 1608, as relações entre o Sião e Portugal estavam esgotadas, ainda que o segundo mantivesse zelosamente seu patronato religioso e o controle dos missionários enviados ao sudeste asiático. Nenhum religioso podia seguir viagem para o Extremo Oriente sem um pasaporte emitido em Lisboa e Madri (42).

41 Idem, *ibidem*, p. 568.

42 M. J. Burnay, "Notes Chronologiques sur les Missions Jésuites au Siam au XVII^e Siècle", in *Archivum Historicum Societatis Jesu*, vol. XXII, 1953, p. 172.

Outros europeus, contudo, haviam aparecido em cena desde o fim do século XVI. Em Goa, tanto o holandês Linschoten, outrora empregado a serviço dos portugueses, quanto dois ingleses, Ficht e Newberry, perseguiram um alvo comum: descobrir o segredo da supremacia portuguesa no leste, para proveito de seus respectivos países. Tanto Espanha quanto Portugal guardavam a sete chaves o itinerário da rota para as Índias.

A expedição de Sir James Lancaster em 1591-92, resultou, em Londres, na East India Company que recebeu, em 1600, por parte da rainha Isabel, licença para operar. Dois anos mais tarde, através de viagens que eram até então financiadas por distintos sindicatos, os holandeses obtêm licença para comerciar através do seu Vereenigde Companie. Foi por necessidade que outros europeus, além dos lusos, encetaram expedições para descobrir a rota das especiarias.

Rei de Portugal, Felipe II quis interditar o mercado das colônias portuguesas na Índia e no sudeste asiático aos holandeses, seus antigos súditos, cuja aberta revolta datada de 1581 só foi reconhecida como independência pela Espanha em 1648. Uma vez na Ásia, os holandeses desalojaram os portugueses de Java e praticavam uma política comercial bastante agressiva a ponto de fazer o governador espanhol nas Filipinas, De Morga, queixar-se amargamente: “Em Java, seu comércio é tão vantajoso que será difícil tirá-los de leste [o Extremo Oriente] onde causaram grande mal aos negócios seculares e àqueles da Igreja” (43).

Em 1601, comerciantes holandeses começaram por fazer negócios com a península malásia, cuja rainha pagava tributos ao rei do Sião. Penetraram, mais tarde, em Ayutthaya, onde estabeleceram “armazéns” comerciais, visando sempre o comércio mais abrangente com a China e o Japão, mas terminaram, todavia, por achar frutíferas as trocas locais: tecidos de algodão contra pimenta, camurças e peles de búfalos.

A visita do almirante Wybrand van Waerwick ao rei Phra Song Tam, em 1604, deu ao monarca siamês uma idéia da potência naval holandesa e o fez decidir enviar uma embaixada, a primeira à Europa, ao príncipe

Maurício de Orange (44). Esta seguiu num navio holandês e depois de uma viagem de meses foi cordialmente recebida a 10 de novembro de 1608, em Der Hague, pelo *Stadholder* em pessoa. De volta, trouxe canhões e pequenas armas, bem como outros presentes de valor do Príncipe de Orange e da Companhia das Índias Ocidentais para o rei siamês (45).

Em 1609, a Espanha, e conseqüentemente Portugal, engajava-se em não mais entrar o comércio holandês no Extremo Oriente. A partir de 1610 o armazém de Ayutthaya passa a ter um residente permanente que, três anos mais tarde, abre uma agência oficial cujas transações incluíam arroz, borracha, café, marfim, ouro, prata, ferro, chumbo, estanho, pedras preciosas e madeiras que eram exportados para o Japão tendo em vista outras trocas.

Entretanto, os ingleses desembarcavam eles também no Sião e, a 17 de setembro de 1612, uma delegação de agentes da East India Company entregava uma carta de Jaime II ao rei Song Tam. Como de praxe no liberal Estado tai, o direito de comércio lhes foi outorgado e um terreno para a construção de uma feitoria, vizinho do armazém holandês, lhes foi concedido (46). Podemos imaginar o quanto as duas companhias observavam-se mutuamente, sob o olhar desaprovador dos lesados portugueses. Os progressos de uma, bem como suas fraquezas, eram rapidamente anotados pela outra, e o tom de suas relações tornou-se cada vez mais azedo. De mal a pior, chegou-se à guerra aberta. Os neerlandeses tinham vantagens comerciais e militares; em 1617 obtinham o monopólio do comércio de peles, o que determinou o momentâneo eclipse da companhia inglesa no Sião.

Os holandeses ficaram assim os únicos senhores do mercado. Como auxiliares do Sião na guerra contra o Cambodja, transformaram Batávia e Bantam em praças-fortes, ocuparam Málaca em 1641, socorreram o rei Prassatong numa rebelião de um súdito malaio, a rainha de Patani, e absorveram, enfim, todo o tráfico e transporte de especiarias. Ao fim do primeiro quartel do século XVII, o entreposto holandês em Ayutthaya apresentava todos os signos de uma prosperi-

43 Apud E. Beaglehole, *The Exploration of Pacific*, London, Thames & Hudson, 1947, p. 132.

44 Janette Collet Gatty, *Voyage de Siam du Père Bouvet*, tese apresentada na Faculty of the Graduate School of Cornell University for the Degree of Doctor in Philosophy, 1958, mimeo, p. 25.

45 Rong Syamananda M. A., *A History of Thailand*, Bangkok, Chulalongkorn University Press, 1993, especialmente o capítulo VII, *Thai Intercourses with Other Countries*, pp. 63-83.

46 S. Purchas, *His Pilgrimes*, London, 1617, p. 558.

dade bem construída: monopólios variados, pessoal numeroso e local confortável; “seu armazém é a mais bela casa e a mais espaçosa de todo o reino, e eles gozam dos maiores privilégios”, descrevia, então, o viajante francês F. H. Turpin (47).

Com os portugueses passava-se a situação inversa. Resultante de querelas no reinado do mesmo Prassatong, este lhes reservou um duro tratamento. Todos os portugueses foram presos e postos em cadeias por três anos. Como Portugal estava sob tutela espanhola, coube ao governador espanhol das Filipinas ocupar-se dos prisioneiros. Mais tarde, Prassatong enviou-lhe uma carta expressando o desejo de reatar relações cordiais com Portugal. Um enviado chegou a Ayutthaya em 1633, pondo um fim à questão.

Foi nesta mesma época que chegaram ao Sião os primeiros franceses (48). Quando desembarcaram em Mergui, em nada pareciam com comerciantes ou conquistadores. Depois de terem atravessado a Síria, a Pérsia, a Índia e Bengala num pequeno grupo a pé, não buscavam especiarias nem privilégios comerciais. Tratava-se de Monsenhor Lambert de la Motte, cardeal de Bérita, François Deydier, Jacques de Bourges e outros eclesiásticos das chamadas Missões Estrangeiras (49) que buscavam chegar à China, sob as ordens da Santa Sé. Depois de três anos de viagem e de perigos, eles receberam a permissão para se instalarem na capital. Corria o ano de 1634 e enquanto o desprestígio dos portugueses decrescia, aquele dos franceses aumentava. O então rei Narai volta-se para os recém-chegados na esperança de usá-los para deter a influência holandesa no Sião. Sabedor dos conflitos entre as duas potências européias, Narai oferece à missão francesa uma imponente recepção na qual os lusos foram habilmente evitados. Observador arguto, o padre Bouvet anotava em seu diário que os sinos da igreja de São Pedro foram os únicos a não repicar na passagem dos convidados.

O rei Narai interessava-se também pela Missão pois tivera notícia que um dos membros, o padre Tomas Valguarnera, de origem italiana, era um competente arquiteto e engenheiro. Ele foi imediatamente encarregado

de construir vários fortes ao longo da costa vizinha a Ayutthaya e uma nova residência para o rei. As ruínas deste novo palácio erguido em Lop Buri atestam a excelência dos trabalhos aí realizados. Como prêmio, o rei Narai brindou os franceses com recompensas que acabaram por colocar a ação do clero luso, representado por uns esparsos dominicanos, definitivamente em segundo plano. Os missionários franceses receberam terras e casas, bem como todas as facilidades para erguer templos. Nos vinte e quatro anos que se seguiram, a missão francesa ligada à Companhia de Jesus expandiu-se enormemente, apoiada numa monumental igreja, em escolas de primeiras letras e num pensionato para jovens do sexo masculino que desejassem ingressar na ordem. Os missionários fizeram, ainda, uma tentativa de romanizar a escrita tai, além de instalar uma impressora capaz de editar livros religiosos na mesma língua. Enquanto isso, enviavam cartas a Luís XIV solicitando assistência para o trabalho que estava sendo desenvolvido. Jean Colbert, poderoso ministro que olhava com enorme interesse a possibilidade de comerciar com o sudeste asiático e a península indo-chinesa, fundava, nesse momento, a *Compagnie Royale des Indes Orientales*. Esse foi o início de uma estreita colaboração que implicou no envio de embaixadores tailandeses para a França e no estabelecimento de interesses franceses na Tailândia: esses tiveram como alvo o monopólio do estanho na ilha de Phuket e a jurisdição e fortificação da cidade de Sonkhla. A hegemonia francesa durou até o reino seguinte, de Petraja (1668-1703), que a preferiu em favor dos hábeis comerciantes holandeses. Em 1767 a real capital do Sião cai em poder dos birmaneses e tem início a preponderância inglesa nos mares asiáticos.

O sonho português encerrara-se fazia tempos, passando a pesadelo (50). Willem Bosman, autor de uma descrição sobre a Guiné no fim do século XVII, observou que o papel dos portugueses no processo de expansão ultramarina foi o de “lançarem os cães para espantarem a caça que foi depois apanhada por outros” (51). Os produtos de luxo do dourado Sião lhes foram usurpados sucessivamente por holandeses, franceses e, final-

47 *Histoire du Royaume du Siam*, Paris, 1771, t. II., p. 353.

48 As informações a seguir emprestei da tese de Janette Collet Gatty, op. cit., pp. 29-40.

49 Com o impulso inicial dado pelo padre Alexandre de Rhodes, da Companhia de Jesus, a *Société des Missions Étrangères* foi fundada em 1658 com a aprovação de Alexandre VII pelos padres François Pallu e Pierre Lambert de La Motte. Contou, entre outras, com doações como a que fez Luís XIV que lhe autorizou uma pensão de 15.000 libras do tesouro real mais dois prioratos. Vale lembrar que nessa época, a Espanha, como soberana de Portugal, sustentava as reivindicações do bispado de Goa e seu direito de fornecer visto para todos os padres que fossem ao Ocidente. Quando da fundação das *Missions Étrangères*, a França ainda estava em guerra contra a Espanha e não reconhecia a validade desse direito, que Roma não ousava desacreditar publicamente. Na esperança de evitar um conflito com Lisboa, os bispos das missões recebiam o título de vigários apostólicos, dependendo diretamente do papa. Os nomes de seus bispados, para tentar não ferir susceptibilidades lusas, não correspondiam às regiões do Extremo Oriente que lhes estavam determinadas, mas sim a antigos bispados da Ásia Menor – Heliópolis, Bérita, Metelópolis – suprimidos mil anos antes pela conquista árabe.

50 Rong Syamananda, op. cit., pp. 76-8.

51 Apud Charles Boxer, *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Lisboa, Setenta, p. 117.

mente, ingleses. O ataque maciço dos holandeses ao império colonial português (bem explica Charles Boxer) foi ostensivamente motivado pela união das coroas ibéricas na figura de Felipe II de Espanha, contra cujo governo se tinham revoltado os holandeses em 1568. Os lusitanos rosnavam, amargos, que essa era a única razão pela qual seus domínios eram constantemente açodados, sofrendo sob o peso de uma expansão tão notável e radical quanto a realizada por eles mesmos e os espanhóis cem anos antes.

A luta luso-holandesa, que começou com os ataques a Príncipe e a São Tomé em 1598-99, terminou com a conquista das colônias portuguesas do Malabar em 1663, embora os termos da paz não tivessem sido fixados senão seis anos mais tarde em Lisboa e em Haia. Essa vitória consagrou os lucros da Companhia Holandesa das Índias Orientais, fundada em 1602, que passou, desde logo, a controlar o cravo-da-índia e a noz-moscada das Molucas, a canela do Ceilão e a pimenta do Malabar e os rubis do Sião. Por volta de 1663, os holandeses haviam desalojado os portugueses de sua parte de leão no comércio dos mares asiáticos. Depois de terem sido expulsos do Japão, por motivos político-religiosos, por um líder da família Togugawa, os lusos refugiaram-se, apequenados, no comércio de sândalo nas ilhas Sunda Menores. Por sua vez, os ingleses (52) contentaram-se quase sempre em adotar uma atitude defensiva face aos portugueses. Alarmados com a rapidez do sucesso holandês preferiram optar por uma trégua que foi assinada em Goa em 1635, só voltando a atacar quando passaram a disputar o estanho tailandês com franceses e seus velhos inimigos comerciais, os holandeses.

Até mesmo os franceses, algozes do pouco prestígio que ainda restava aos lusos no Sião, foram esmagados pelo rolo compressor holandês. Depois de idas e vindas entre os salões de Versailles, onde a missão tai foi recebida com toda a intimidade por Luis XIV, o general Desfarges teve que abandonar seu posto avançado em Bangkok, deixando para trás, apenas, inofensivos missionários (53).

Nos finais do século XVII, o padre Fernão de Queiroz, o cronista da guerra luso-holan-

desa no Ceilão, queixava-se de que “os holandeses diziam com razão que a nossa guerra era sempre *uma guerra de pobres*”. Esse quase-epitáfio caberia como uma luva para os problemas que levaram ao fim do sonho do império luso na Ásia: falta de recursos econômicos, pequeno poder marítimo, pequeno número de homens. Charles Boxer já explicou que as províncias unidas da Holanda eram mais ricas do que o empobrecido reino de Portugal. A população de ambos os países se assemelhava (1.500.000 para 1.250.000), mas enquanto Portugal fora obrigado a fornecer carne para os canhões espanhóis durante sessenta anos, os holandeses serviram-se, abundantemente, dos vizinhos alemães e escandinavos em seus exércitos e frotas. A disparidade do poder marítimo foi comprovada até pelo padre Vieira: 14.000 navios que poderiam ser usados como barcos de guerra contra treze da mesma categoria. Um quarto de milhão de marinheiros bem treinados contra 4.000 subnutridos e degredados. Soldados portugueses no Ceilão, em 1644, queixavam-se: “Estamos tão magros e tão esfomeados que nem três de nós se equiparam a um holandês” (54). A falta de técnica, de armamento, de disciplina militar e de treino era substituída, nos campos de batalha, pelo grito guerreiro de “S’antiago e a eles”.

Se esse foi o fim dos sonhos para os portugueses e, posteriormente, para outros europeus, o Sião beneficiou-se enormemente com o comércio e as tensões internacionais. Seus avisados reis eram sensíveis ao aporte trazido por missionários e viajantes estrangeiros. A “idade do comércio” introduziu a Tailândia em um lento e inexorável processo de secularização e urbanização que estendeu-se pelo século XVII. O mais belo fruto do encontro entre o Oriente e o Ocidente foi o florescimento da literatura e da poesia, agora não mais escrita na língua budista, o páli, mas, sim, em tai.

Na rota das especiarias e dos sonhos, a alternância entre portugueses, holandeses e ingleses só confirmou a hegemonia dos asiáticos na expansão comercial, expansão que fertilizou cidades, fortaleceu elites e o Estado e remodelou maneiras de ser e pensar.

52 Op. cit., p. 121.

53 Rong Syamananda, op. cit., p. 84.

54 Tomo de empréstimo, aqui, várias informações extraídas de C. Boxer, op. cit., pp. 124-6.